

Redacção, Administração, Tipografia
CALÇADA DO COMRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA - PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-fei-
ras. Não se devolvem os originais. — Dos arti-
gos publicados são responsáveis os seus autores.

A BATALHA

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VII—N.º 2182

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

QUARTA FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1926

“A Batalha” ataca todos os ladrões da alta finança

**O cambão político-financeiro como não pode tapar-nos a boca — porque tal violên-
cia seria a confirmação absoluta das verdades que revelamos — pretende desvirtuar
o sentido moralizador da nossa formidável campanha. A calúnia não nos fará calar.
Iremos até ao fim no ataque firme e enérgico à quadrilha da rua dos Capelistas!**

Estamos habituados a sentir pulular a intriga e a calúnia em torno de nós. Enca-
ramo-las com serenidade, mas com firmeza. Repellido-las energicamente e pros-
seguimos no cumprimento que nos impuzemos de marchar em frente, através de to-
dos os obstáculos.

Hoje temos de repelir uma dessas calúnias, plenas de rancor, de ódio. Acusa-se a
Batalha de fazer a defesa do Banco de Angola e Metrópole. Lança-se sobre nós a
suspeita de nos termos vendido miseravelmente a um Banco cuja actividade se cifra-
va exclusivamente na passagem das notas falsas que o Banco de Portugal encomen-
dou e a casa Waterlow & Sons, iludida na sua boa fé, fabricou.

A Batalha não precisava defender-se desta mentira odiosa com que pretendem
descreditar-la. Três coisas bastariam para desfazer a atoarda infame: a nossa recta
e intransigente conduta de sete anos de existência; a inconsistência da acusação feita
sem provas esclarecedoras e, por fim, o ataque, o desprezo com que temos tratado o
Angola e Metrópole, que são o ataque e o desprezo que arremessamos sobre toda a
alta finança.

A Batalha não se vende, nem se vendeu. Órgão do proletariado revolucionário,
inspira-se na vontade e nas aspirações do Conselho Confederal coordenador de toda a
acção operária do país. A vontade individual dum homem, dum director que orienta
ou dum redactor que escreve, harmoniza-se com a vontade da grande massa proletária
do país, que pretende ser livre e viver em desafio. Não há possibilidade de comprar
A Batalha, porta-voz duma multidão, porque não há dinheiro que chegue para comprar
a multidão.

As opiniões e as campanhas de A Batalha são controladas pelo Conselho Confe-
deral que influe directamente na sua orientação por intermédio do seu delegado neste
jornal, que é o seu director. Por sua vez o Conselho Confederal, constituído por de-

legados de todos os organismos pode ser substituído, renovado, censurado, impellido
pelas massas agrupadas nos organismos sindicais que representam. Não há, assim,
possibilidade de se comprar A Batalha porque o operariado que ela defende não o
consentiria.

A prova de que a nossa orientação neste combate excepcional que travamos
agrada absolutamente ao povo trabalhador está nas manifestações de aplauso, de in-
centivo para que o mantenhamos e lhe reforçemos, se for possível, a energia que a
toda a hora verificamos. Uma atoarda, uma calúnia, lançada assim no intuito de pro-
vocar no seio do proletariado a desconfiança e a desorientação, não surtem aos nossos
inimigos o efeito que desejam.

Os intuitos dos nossos adversários, bastante numerosos, são bem claros, por
mais que pretendam disfarçá-los. Pretende-se com uma calúnia vil diminuir-nos o
prestígio que orgulhosamente confessamos possuir, para desautorizar, desvalorizar a
campanha da Batalha e salvar os cabecilhas políticos e financeiros da grande burla
das notas de quinhentos escudos.

Enquanto a grande imprensa, como O Século, que tem estado e está ao serviço
dos interesses mais baixos e reles, se limita a atacar apenas certas pessoas que lhe
convém inutilizar para livremente caminharem certos negócios torpes — A Batalha
ataca de frente, com lealdade todos os crimes, apontando de preferência os grandes
criminosos que se escapam sempre, que se acolhem cobardemente à sombra da lei in-
iqua e, se a lei não lhes basta, à sombra da força social de que dispõem para esmagar
os fracos e os bons.

Neste caso das notas falsas A Batalha não colaborou na tática infame da grande
imprensa. Não se limitou a acusar de falsários Alves dos Reis e José Bandeira — foi
mais longe, agarrou pelas orelhas os grandes que orientaram a burla, segurou-os bem

e trouxe-os à luz do dia para que a opinião pública os conhecesse. Não nos limitámos
a mostrar Nuno Simões como homem nefasto, provámos que tão nefastos como ele eram
os que o atacavam em nome do Ultramarino e do Burnay dos tabacos. E por isso que
os nossos adversários torcem o sentido da nossa campanha e nos acusam de defender
os burlões do Angola e Metrópole.

Não, não defendemos os burlões do Angola e Metrópole que outros burlões maio-
res para se salvarem atiram agora às feras. Atacam também os do Banco de Portu-
gal, os do Banco Ultramarino, os da casa Fonseca, Santos & Viana, os da casa Piano,
que vendia marcos que não possuía, os do Português e Brasileiro que ainda tem em
seu poder as libras que furtou ao Estado, os do estorçado Banco Colonial, que que-
riam pagar com desvalorizadas libras de África do Sul as boas libras que o Estado
indevidamente lhe emprestara, o Alfredo da Silva que pretende assambarcar só para
si o negócio das oleaginosas, os da casa Burnay que querem arruinar o país na ques-
tão dos tabacos. Atacamo-los todos, todos, absolutamente todos.

Por esta razão, apenas a imprensa venal que hoje defende o Ultramarino, e ontem
defendia a Moagem, que hoje defende o Alfredo da Silva que tem interesses contrá-
rios aos da Companhia do Amboim — a imprensa porca, abandalhada, cujas opiniões se
pautam pelo número de notas de Banco que lhe passam para as mãos, nos acusa de
fazermos a defesa dos homens do Angola e Metrópole.

Serenamente repelimos a afronta. Temos as mãos limpas e a consciência tran-
quila. A calúnia não nos impedirá de marcá-las a dedo, a todos os ladrões e falsários.
A nossa voz que proclama a verdade subirá mais alto, ouvir-se-á mais distinta do
que a voz roufenta dos bandidos que nos caluniam porque nos receiam, que nos calu-
niam porque sabem que é nas nossas palavras que os nossos próprios adversários
vem procurar beber sofredamente opiniões sinceras e de confiança.

O “EMBOSCADO”

Pereira da Rosa acusa a C. G. T. e o operariado de estarem vendidos ao Banco de Angola e Metrópole

Pelo nosso passado e pelo meio em que temos vivido não podemos ignorar a existência dum militante operário, por mais obscura que seja a sua acção no movimento operário. Acontece, porém, que não conhecemos, nem ao menos de nome, um antigo militante operário chamado Rodrigues Mendes que tem um passado de lutas e de sacrifícios na organização operária e que assina uma carta, no *Século* de ontem, atacando-nos deslealmente e reeditando contra nós calúnias já velhas, há muito caídas em descrédito. Procurámos entre todos os nossos camaradas do movimento operário, alguns dos quais militam nele há 20, há 30 e até 40 anos quem seria este sacrificado, este esforçado, este mártir que a si mesmo afirma chamar-se Rodrigues Mendes. E de todos ouvimos, invariavelmente, a mesma resposta: que não conheciam ninguém com este nome ou com qualquer outro que de longe ou de perto com ele se confundisse. Fácil nos foi chegar à conclusão, que de resto desde o primeiro minuto possuímos, que o tal Rodrigues Mendes era João Pereira da Rosa embuscado num pseudónimo e fazendo acusações mascaradas de militante operário. E mau grado as calúnias com que éramos atingidos, rejeitámos. Rejeitámos porque nunca usámos de processos traiçoeiros, excessivamente cobardes para atacar alguém, como o faz o jornal em que João Pereira da Rosa, com o seu feito atribulário, impulsivo, é o nosso, quero e mando, reduzindo esse ridículo e caricato Trindade Coelho às proporções dum fantoche manejável pelo dinheiro que as “fórcas vivas” possuem.

O *Século* acusa-nos covardemente, covardemente como Pereira da Rosa que é, de termos tido entendimentos com o capitalista Soto Maior para adquirirmos o prédio em que estamos instalados. Não vale a pena desmentir esta atoarda, tantas vezes o temos feito, repetando até criaturas que a têm proferido e que fugiram sempre às responsabilidades. Agora, Pereira da Rosa com o pseudónimo de Rodrigues Mendes “velho militante operário” diz que nós pretendemos adquirir o velho edifício da calçada do Combro com dinheiro do Angola e Metrópole. Essa pretensão, segundo o bilre que a revela, não é somente de A Batalha, é da C. G. T. servindo a campanha do seu órgão na imprensa de instrumento necessário ao êxito dessa abjecta operação.

A C. G. T. nunca recebeu um centavo de nenhum banco, nem de nenhum banqueiro e as suas relações com a gentilha que explora o operariado são bem conhecidas para que a calúnia surta efeito. Nem por isso deixamos de reatar o autor da calúnia a prová-lo. Se o não fi-

zer não deixaremos de o definir com as palavras que merece. A Pereira da Rosa, que anda sempre com uma pistola aperrada no bolso, a Pereira da Rosa que no *Século* faz exercícios de tiro ao alvo para adquirir a certeza de que rouba a vida a quem alveja, reptamos, em nome da C. G. T., em nome do operariado, a provar a sua torpe calúnia. Não cometemos a fanfarronada de lhe prometer meia dúzia de tiros na cabeça — porque não somos assassinos — para lhe apresentarmos depois meia dúzia de ridículas desculpas — porque não usamos de “trues” que aviltam — nem tão pouco o queremos assustar de maneira a perder a cor do rosto e a obrigá-lo a andar cheio de medo pelas ruas da cidade, mau grado a escolta de mercenários que está de sentinela ao seu corpinho burguês. Limitamo-nos a aguardar provas do que afirma e a avisá-lo de que se o não fizer será tratado do mesmo modo que fomos tratados outros caluniadores da sua força. O operariado espera uns dias, não muitos, para lhe escarrar na fronte o desprezo que merecem os homens que têm a vilania de esconder a mão com que praticam suas traiçoeiras agressões.

Notas & Comentários

Livros novos

O sr. Emanuel Ribeiro, conhecido escritor português, acaba de publicar um curioso livro de investigação, intitulado *Água Fresca* (apontamentos sobre a olaria nacional). É profusamente ilustrado e escrito numa linguagem elegante e inspirado num grande ideal de beleza e arte.

Competência

Ora vejamos lá os leitores se compreendem para que andam estes homens a estudar leis e a trepar de posto na magistratura. Para que será? Para dizerem cavilidades e confessarem que as atraíam.

O dr. Alves Ferreira falava ontem assim ao Diário de Lisboa:

“Eu só mando levantar a incomunicabilidade aos presos, depois de terem terminado todas as investigações. Sei que me acusam de ter saltado por cima dum lei que não permite ter alguém incomunicável durante mais de 48 horas; mas a verdade é que essa lei não foi feita para casos desta gravidade, que nem sequer foram previstos.”

Compreende-se agora que este ilustre jurista permitisse, sem um protesto, que lhe pusessem o nome num parreirinho do Conselho Fiscal do Banco de Seguros, que ficou assinado só por dois membros, o que é contra a lei.

E é aquilo a nata da magistratura portuguesa...

O frato

Ainda ao Diário de Lisboa confidenciau o sr. Alves Ferreira:

“Sabe que há quem me acuse de andar a fazer um frete ao sr. António Maria? Ora! Ora! Eu a fazer um frete a um homem que não conheço. A primeira vez que o vi foi quando ele me convidou a tomar conta deste lugar.”

O dr. Alves Ferreira não faz fretes a desconhecidos. Acaso os moços de fretes conhecem todos os seus fregueses?

Um “bluff” da polícia

para concitar contra os presos sociais a irritação pública

Parece que o estourar de novas bombas foi encomenda especialmente destinada a celebrar a transferência dos presos sociais para o forte de Monsanto. Nem de outra maneira se poderia compreender semelhante facto. A polícia e parte da imprensa proclamaram logo que grandes calamidades iriam surgir precisamente porque os referidos presos tinham sido arrancados das esquadras. E acrescentaram que com esse gesto o governo pretendia apenas ser agradável ao advogado que defende esses desgraçados. Estou muito grato ao governo por tal amabilidade, que não passou dum acto de tardia justiça, mas muito mais contente me confessaria se a lei fosse cumprida na íntegra. Porque os presos preventivos, como disse em artigos anteriores, só em cadeias preventivas devem permanecer. E o forte de Monsanto é um cárcere destinado aos que já estão sofrendo a sentença condenatória. Em que me foi, portanto, agradável o governo que, procurando fazer ver que cumpriu a lei, tão somente mascarou um acto ilegal com outra ilegalidade?

Mas o mais curioso nessas declarações é, sem dúvida, a ligação que pretendem estabelecer entre os presos, tanto os da Guiné como os de Monsanto, e as bombas que apareceram há dias ou as que possam aparecer ainda.

Para isso forjaram, sem mais demora, “novos legionários”, uma nova acção da tal “Legião Vermelha” começando as prisões a torto e a direito. Todos os detidos passam a ser terríveis malfetores e fizeram-lhes as piores acusações. No entanto não tardou muito que a mesma imprensa e a mesma polícia, que tão de ânimo leve falaram assim, viessem candidamente, beatificamente, declarar sem a menor culpa todos aqueles que já haviam infamado.

E os pretensos arsenais de bombas? E os pretensos desejos de matar polícias? Isto é dum ridículo pavoroso.

Todavia eu só quero, como advogado de presos sociais, referir-me ao que mais de perto lhes interessa. Em tais condições devo pôr o caso nos seus precisos termos.

As bombas que reventaram, há dias, foram mandadas lançar pelos anteriormente detidos? Admitamos que sim. Para que vem a polícia falar sentenciosamente como quem diz: — se os deixassem continuar nas esquadras nada disto teria acontecido?

Mas então a polícia já se permite modificar as leis (função exclusiva do Poder Legislativo) e, quando menos, já se sente sobreposta aos poderes do Estado, para lhes apontar o não cumprimento da própria lei basililar que é a Constituição? Além, claro está, de dar à prisão dos “legionários” nas esquadras um manifesto carácter de repressão ou de inquisição. Admitamos agora o contrário ou seja a inocência completa daqueles presos, porque esta é a expressão da verdade. Que diabo lucrariam eles com os novos atentados dinamitistas? Pois não queriam a sua entrada aos tribunais competentes conforme a conseguiram, à excepção dos deportados? Então só quando conseguem ver realizado o seu desejo, e não antes, é que incitam à acção directa? Porquê e para quê?

Onde está a lógica? Seria porque os presos pretendessem espalhar o terror? Mas para quê se a seguir ao desejo satisfeito, procuraram desde logo transitar para o Limocero que é a única cadeia preventiva e onde portanto é de toda a justiça que estejam? Pois não seria até um acto de

A RUINA ECONÓMICA DA ALEMANHA

Paralisação industrial, fracasso financeiro, crise de trabalho, e a fome e o desespero afirmando a dissociação do sistema capitalista

Desde alguns meses que se vem agravando a situação económica da Alemanha. O governo absorve rapidamente os capitais conseguidos para debelar a crise financeira, mas a verdade é que a crise se agrava sem remédio. Os capitalistas alemães transformaram, no tempo em que se aumentava gradualmente a circulação fiduciária, todos os seus fartos recursos em valores reais: máquinas, ferramentaria, bens imóveis. Não souberam transaccionar no meio termo que lhes permitia, o célebre plano Dawes nem souberam realizar quaisquer operações que os pudessem favorecer dentro das restrições impostas pelo regime de crédito. E o resultado desta tremenda incompetência pode analisar-se nessa sinistra falência da empresa Stinnes.

A pesar da sua arrogância e da sua apreçoada superioridade, os capitalistas e os governantes sentem-se incapazes de enfrentar a formidável crise que apavora a Alemanha, a qual é um dos mais flagrantes aspectos da falência económica e da ineptia social da burguesia.

Os social-democratas arranjaram um optimismo de ocasião, optimismo forçado, posto que a desolação e a penúria se observam, e sobreposse, por toda a parte. Eles não se cansam de proclamar as vantagens do plano Dawes, atribuindo-lhe a capacidade de sanear as finanças, de prosperar a indústria, de desfogar a situação do operariado, de anular a grande crise económica. Todavia, o plano Dawes garante a existência do Estado alemão na dependência do capitalismo estrangeiro, embora à custa do esforço dispendido pelo proletariado, embora sacrificando com privações todo o povo alemão.

A falência económica do capitalismo

Mas a comprovar que o plano Dawes unicamente se tornou especulação do capitalismo estrangeiro em detrimento do operariado alemão, basta o sumário enunciado da situação industrial.

Até há pouco tempo, a crise atingia somente as indústrias mineira e metalúrgica. Desde algumas semanas, porém, a crise alastrou até às indústrias têxtil, do vestuário e do calçado.

E a crise ameaça, pouco a pouco, a indústria de produtos químicos, que já está notando a sucessiva diminuição de encomendas; a indústria do luxo, que não tem já onde colocar a sua produção; e também a indústria de automóveis não escapa à terrível avalanche. Entretanto, as grandes companhias de minas e de aço têm visto paralisar por completo a sua laboração.

As minas de carvão também estão licenciando cada vez mais grandes grupos de operários. Os altos fornos da indústria siderúrgica apagam-se, uns após outros, lançando para o desemprego um número elevadíssimo de trabalhadores.

As falências de firmas comerciais aumen-

estupidez provocar a irritação pública contra eles, especialmente neste momento?

Ora esta irritação só pode ser provocada, portanto, por quem lhe convenha a clausura feroz, desumana, desses desgraçados uma vez que saíram das mãos da polícia. A mesma polícia que mudou agora o nome de “Legião Vermelha” para... “Legião Negra”!

Talvez por causa do sangue pisado dos referidos presos depois das bárbaras agressões que sofreram nas esquadras...

O que lhes está faltando, afinal, é carne para exercícios de magarefes mas eu, como advogado, hei-de fazer todo o possível para evitar mais injustiças e desrespeitos à lei. Basta de violências.

Mário MONTEIRO
Advogado

ASSINEM Os mistérios do Povo

tam sempre. Nos primeiros meses do ano findo manteve-se em 750 a média de estabelecimentos encerrados. Subiu em Setembro para 914, em Novembro para 1154 e para mais de 1300 em Outubro, e nesta proporção se tem elevado até ao fim do ano. As liquidações judiciais também sobem: 459 em Setembro, 633 em Outubro, mais de 800 em Novembro.

Nos bairros centrais de Berlim, a cada passo, só se vêem escritórios em trespasse.

A indústria não consegue os créditos necessários para a sua exploração. Já se fala num novo empréstimo a conseguir dos Estados Unidos. O déficit orçamental agrava-se incessantemente.

A horrorosa situação do proletariado

A falência capitalista vai cair tragicamente sobre o operariado, que se vê envolvido numa situação que não criou e na qual não tem a menor responsabilidade.

O número de desocupados eleva-se cotidianamente. São frequentes, e cada vez mais rugidoras, as manifestações de protesto, sendo algumas destas manifestações verdadeiros cortejos de famintos. Todos os dias se registam suicídios, actos de desespero provocados pela miséria.

Calcula-se em cerca de milhão e meio o número de desempregados em toda a indústria alemã. Só em Berlim, esse número alcança 140.000; na região do Ruhr são mais de 150.000.

O receio de explosões de revoltas formidáveis inquieta as altas regiões do governo. Mas, em vez de procurar debelar a crise, com medidas energéticas e rápidas, o governo só encontra a repressão como eficaz recurso.

Aflitivamente, os políticos querem cerrar o círculo de ferro que envolve toda a Alemanha. Contra a justa revolta do povo, aparece o dr. Gessler a proclamar a necessidade de uma ditadura militar, como se isso pudesse ser a suprema salvação e não fosse logicamente a geradora de maiores e mais irreprimíveis revoltas.

Mais sacrifícios vão ser exigidos brutalmente à classe operária. Contudo, a crise atinge o operariado mais gravemente do que a classe capitalista. O horário de trabalho foi prolongado, reduzidos os salários e agravados os impostos. O custo da vida é mais elevado do que nunca, havendo lareiras que seguem já um regime alimentar deficiente.

Em torno do capitalismo alemão, só aparentemente abalado, ergue-se a sordida e criminosa solidariedade da finança estrangeira. Socorre-se quem tem largos recursos e um direito à existência contestado pela própria humanidade, mas deixa-se morrer à míngua, em meio de horrores indescritíveis, a classe produtora, a única classe que pode garantir o ressurgimento económico.

O escândalo Angola e Metrópole

Realiza-se amanhã uma sessão contra a burla da plutocracia política financeira

Promovida pelo Sindicato dos Impressores Tipográficos, realiza-se amanhã, pelas 21 horas, uma sessão de protesto e elucidação dos trabalhadores sobre a grande burla dos políticos corruptos e dos financeiros insaciáveis, em que fará uso da palavra o nosso camarada Mário Domingues.

Convida-se o proletariado a assistir a esta sessão, que se realiza na sede do referido organismo, Calçada do Combro 38-A 2.º.

Como os “inocências” proliferam

BELGRADO, 12.—Em Bielefeld foi descoberta uma fábrica de notas falsas de cinco libras, que em Berlim foram postas em circulação

O apoio do operariado à “Batalha”

BARREIRO, 10.—Em assembleia geral dos ferroviários do Sul e Sueste, realizada ontem, foi debatida a forma infame como o *Século* tem ultimamente procedido para com as classes trabalhadoras, favorecendo com fins gananciosos e ladravazes os burlões de alto quilate que lhe encham a galema e bem assim o caso Pereira da Rosa que teve a audácia de subir as escadas da Casa dos Trabalhadores com o fim de insultar esses mesmos trabalhadores, na pessoa do director do jornal A Batalha. Por unanimidade foi aprovada a seguinte moção:

Considerando que a campanha levantada pelo jornal A Batalha presta um relevante serviço a toda a organização operária tantas vezes anuviada injustificadamente; que os seus mais activos militantes bastas vezes têm sido enxovalhados com epítetos infamantes;

que pelos jornais burgueses tem a mesma organização operária sido desprezada sempre nas suas intenções honestas, através de todos os tempos;

A assembleia geral dos ferroviários do Sul e Sueste resolve:

1.º Prestar toda a solidariedade ao corpo redactorial do jornal A Batalha.

2.º Repudiar a moral que o *Século* pretende advogar, quando o referido jornal trata duma forma asquerosa dos assuntos operários.—C.

Na Conferência Inter-Sindical do Trabalho do Porto foi aprovado por unanimidade o documento que passamos a transcrever:

“A Conferência Inter-Sindical, ao iniciar os seus trabalhos, tomando conhecimento que Pereira Rosa, neste momento representante, por intermédio de O Século, do capitalismo ultra-reaccionário, ousou ameaçar com seis tiros na cabeça o director de A Batalha, por esta, arrogantemente e sem poupar qualquer dos indivíduos emporcalhados pela onda de lama que é o negócio do Banco Angola e Metrópole, atacar a caverna de bandidos e de ladrões que é o Banco de Portugal; e ainda do gesto altaneiro de solidariedade que o corpo redactorial de A Batalha manifestou para com o seu director — resolve: saudar A Batalha pela campanha sustentada contra a cáfila democrática e reaccionária que pretende esmagar os interesses da comunidade e encobrir os falsários e verdadeiros homens da “vermelha legião” que são os “inocências” e quejandões; assim como manifestar a sua inteira e incondicional solidariedade ao camarada Santos Arranha e a todo o corpo redactorial.”

Da Juventude Sindicalista do Porto recebemos a seguinte carta que passamos a publicar:

“Presadas camaradas: A Juventude Sindicalista do Porto ao tomar conhecimento do gesto ousado do director do *Século* em pretender que A Batalha se retrate das acusações feitas aos que pretendem encobrir a caverna de bandidos e de ladrões que é o Banco de Portugal, resolve saudar a atitude digna tanto do director de A Batalha, camarada Santos Arranha, como de todo o corpo redactorial do mesmo jornal que se manifestou solidário em tão importante campanha.

Adolfo de Freitas, Mário Ferreira, Fernando Barros, Joaquim Augusto Paiva, Filinto Elísio Almeida, Eduardo de Miranda, Lúcio F. da Silva, Manuel Inácio Luís, António Inácio Martins, Ernesto Ribeiro, António Augusto Belchior, Margarida Barros, Maria Júlia Almeida, Álvaro de Oliveira, Aníbal António Ferreira, Manuel Farticheiro, António Teixeira, Alexandre Lolo, Serafim C. Lucena, João Timóteo, João António da Costa, Francisco de Sousa Canavero, Manuel Lopes Cardoso Eitaro, Dionísio Gomes, Virgínia Teixeira Dantas, Aníbal Dantas, Felisberto Barros, Artur Palet, Júlio Felisberto Ramalhe, Domingos José Barbosa, João Valente, Alberto de Castro, Vaz Osório, J. Vieira Alves, José da Silva, J. R. Reboredo, Zacarias Lucas, João Lázaro e José Baptista Rodrigues Frias.”

Do operário António de Almeida recebemos uma extensa carta que a falta de espaço nos inibe de publicar em que saíra efusivamente, pela atitude assumida, o nosso camarada Santos Arranha.

Também Arnaldo Janúrio, de Coimbra, nos escreveu uma carta no mesmo teor.

HOJE - Teatro de São Carlos - HOJE

OS HOMENS DE HOJE

A interessante e espi-
rituosa comédiaSob a direcção da emi-
nente professora
LUCINDA SIMÕES

Nos principais papéis: Lucília Simões, Erico Braga e Samuel Dinis

Conferência Inter-sindical do Porto

Encerrou ontem os seus trabalhos, tendo aprovado algumas teses de grande valor social

PORTO, 12.—João do Carmo, pela comissão organizadora, lê a tese «A actual situação dos trabalhadores e a acção da futura Câmara Sindical do Trabalho». Esta tese termina por formular diversas perguntas sobre qual a tática que a Câmara Sindical do Trabalho deve adoptar para cada um dos especificados problemas. Os delegados dos gráficos submetem à sessão da conferência, que unanimemente aprova, o seguinte documento:

«Em consequência da complexidade da tese não permitir que nesta conferência se faça o estudo necessário, os delegados gráficos propõem que a citada tese baixe a um estudo mais circunscrito da Câmara Sindical».

A 3.ª sessão é presidida por António Teixeira, secretário por Adolfo de Freitas e Manuel Claro. A primeira tese desta sessão era a que se referia à necessidade de um órgão operário no norte. Por lapso, porém, já nos referíamos a ela fora da sua ordem cronológica.

João Lázaro lê a tese «A organização operária perante as Juventudes Sindicalistas», cujas conclusões são:

1.ª. Que a C. S. T. dê cumprimento às resoluções aprovadas nos congressos operários da Covilhã e Santarém, no que diz respeito à solidariedade a prestar à Juventude Sindicalista;

2.ª. Que a Juventude seja convidada a fazer-se representar em todas as festas e sessões de propaganda e protesto que se efectuem nos sindicatos;

3.ª. Que os delegados em missão de propaganda abordem o assunto juvenil;

4.ª. Auxiliar a juventude local com uma percentagem de 2 % por cada sindicato, destinada à compra de livros e desenvolvimento da escola de militantes;

5.ª. Que esta percentagem fique depositada na C. S. T. a quando da compra dos selos confederais, que será trimestralmente entregue ao Núcleo da Juventude Sindicalista;

6.ª. Que a C. S. T. proceda de igual modo para com os organismos colectados.

Após alguma discussão entre vários conferencistas, prestando Manuel Joaquim de Sousa diversos esclarecimentos necessários é aprovada esta moção-proposta dos delegados juvenis Ernesto Ribeiro e Mário Ferreira:

«Considerando que o n.º 4.º da tese «A organização operária perante as juventudes sindicais» coloca estas numa situação depreciativa e até antagónica com o espírito revolucionário que as anima;

Considerando que não é lógico que sejam os organismos operários, que albergam no seu seio várias tendências sociais, quem subsidie as J. S., que têm um fim ideológico a orientar;

Considerando que as J. S. são demasiado ciosas de si para aceitar esportivas estabelecidas em que as colocam na situação de dependentes; a C. I. S. do Porto resolve, depois de ouvir a exposição dos delegados da Juventude Sindicalista, o seguinte: substituir esse número por estoutro apenas:

«A Câmara Sindical do Trabalho do Porto, atendendo ao fim para que as J. S. foram criadas, considerando-as coerdas forçadas da luta social que ora se trava, todas as vezes as J. S. se encontrem inibidas de, materialmente, desenvolver a sua propaganda entre a mocidade trabalhadora, e todas as vezes que por elas seja solicitado—prestar-lhes-há todo o auxílio de que careçam—seja positivamente, fazendo lembrar também a todos os sindicatos a conveniência de prestarem, dentro das suas possibilidades, toda e solidariedade moral e material que as J. S. necessitem para desempenhar a sua missão».

O n.º 5 fica, portanto, prejudicado, e os n.ºs 1 a 3 na devida consideração.

Segue-se a tese «A acção da organização sindical perante as perseguições do patronato e do Estado»—de que é relator António Alves Pereira, que a lê.

Este trabalho, que consubstancia uma síntese histórico-doutrinária das lutas e evolução das camadas proletárias, termina por estes termos:

«Que fazer, pois, nesta conjuntura? Que meios de acção devemos empregar, para arrancar das garras dos verdugos as vítimas que eles procuram imolar à sua soberbia? Pouca coisa, como vamos ver:

1) Solidariedade moral e material para com as vítimas, de modo que elas não sucumbam aos horrores da fome ou da miséria;

2) Solidariedade na acção revolucionária ou insurreccional, no sentido de se conseguir a libertação daqueles que o patronato apontou como agitadores, e que o Estado encarcerou a pretexto de garantir a «ordem»;

3) Entendimento entre todos os explorados, isto é, entre todos os operários, para esta acção, por intermédio do organismo central—A. C. G. T.—ou dos organismos locais—as U. S. O. ou Câmaras Sindicais de Trabalho;

4) Organizações de Comités especiais, momentâneos, para agitarem a opinião pública e as massas trabalhadoras, a fim de conseguirem, por actos de força, que as perseguições do patronato e do Estado não atinjam o seu objectivo—à eliminação dos operários estudiosos, enérgicos, activos e orientadores dos seus irmãos, que uma educação viciosa, má, falsa, ainda prende aos preconceitos e às anomalias da sociedade capitalista e estatal».

Aprovada a tese em princípio, fica, no entanto, resolvido que ela baixe à C. S. T. para um melhor estudo sobre a praticabilidade das suas conclusões.

Inácio Luís, atendendo aos ensinamentos da tese, propõe para que ela seja editada. Adolfo de Freitas, porém, alvitra, sendo aprovado, para que, a exemplo do que se resolveu em Santarém, sejam compilados em volume todos os trabalhos da Conferência—para estudo dos vindouros sobre a história do movimento operário.

A comissão organizadora propõe a seguinte comissão administrativa da Câmara Sindical do Trabalho:

Marcelino Pedro, secretário geral; Fernando Barros, secretário adjunto; Filinto de Almeida e Abílio Augusto, respectivamente secretários administrativo e aquisitivo; tesoureiro Manuel Claro.

Aprovadas, por unanimidade, as nomeações, todos os nomeados fizeram uso da palavra, manifestando a sua dedicação pela organização operária.

Aprova-se também, com uma salva de palmas, uma moção de A. Freitas, pela qual a Conferência faz votos para que, no mais curto espaço de tempo, sejam nomeadas as outras comissões respectivas da C. S. T.

A Conferência discutiu entusiasticamente o relatório da Comissão de Pareceres

A seguir, é apreciado o relatório da Comissão de Pareceres sobre o relatório e propostas da Comissão Central Pró-Casa dos Trabalhadores. Segundo o parecer, «os mapas da receita e despesa encontram-se em boa ordem», pelo que a Comissão Pró-Casa dos Trabalhadores fica incumbida de entregar à futura C. S. T. todos os originais das mesmas contas, para que qualquer interessado as possa verificar a todo o tempo que desejar. No que respeita à quantia de 4.500\$00 que a Comissão Pró-Casa emprestou à U. S. O., a quando da greve dos mineiros de São Pedro da Cova, «a comissão é de parecer que esse empréstimo deve subsistir, ficando a futura C. S. T. com o débito a seu cargo para o entregar, no mais curto prazo de tempo, a uma nova comissão que de futuro se venha a constituir para o mesmo fim».

Quanto à proposta da Comissão Pró-Casa, pela qual a quantia de 358\$00 deve ser distribuída pelos presos por questões sociais e pelas escolas do Sindicato da Construção Civil e do Centro Comunista Libertário, e a quantia de 125\$00, proveniente da venda das acções a indivíduos a quem a obra da Casa dos Trabalhadores lhes era simpática, deve ser restituída a esses mesmos indivíduos—o parecer preconiza que aquelas quantias não devem ser desviadas para outros fins, mas sim entregues ao futuro tesoureiro da C. S. T., as quais deverão depois passar a qualquer Comissão Pró-Casa dos Trabalhadores que se venha a constituir.

O antigo tesoureiro da demissionária Pró-Casa dos Trabalhadores, Lourenço Peixoto, discorreu do parecer no tocante à quantia dos 125\$00, declarando não o acatar, visto que quer satisfazer os compromissos contraídos com aqueles que, por intervenção individual, por amizade pessoal, compraram, sem ser operários, as acções que correspondem aos 125\$00.

Igual teoria defendem outros membros da Comissão Pró-Casa, estabelecendo-se animada discussão, que termina pela aprovação, a requerimento de Alberto Castro, de um documento de Anibal Dantas, «para que o saldo em poder da Comissão seja entregue ao tesoureiro da Câmara Sindical, convidando esta os portadores de acções que desejem, no prazo de 15 dias, recebê-las, a apresentarem-se na sua sede—salvo o que as respectivas quantias reverterem em benefício da construção da Casa dos Trabalhadores».

A Comissão Organizadora, terminada a ordem dos trabalhos, saída o Sindicato Único da Construção Civil, agradeceando a cediência da sua sede para a efectivação da Conferência.

Mário Ferreira, em nome das juventudes sindicais, pronuncia um incisivo discurso, enaltecendo o valor da conferência e salientando a necessidade do robustecimento da organização operária e revolucionária que há de derrubar o capitalismo e o Estado.

Manuel Joaquim de Sousa declara-se satisfeito—e, positivamente, a C. G. T., também se há-de sentir—pela forma como os trabalhos decorreram. Alongando-se em considerações interessantes, faz um esboço histórico sobre as lutas do passado entre o

espírito libertário e o autoritário, sobre o esforço dispensado, durante alguns anos, para que a organização operária se desenvolvesse da tutela dos políticos. Referindo-se ao extraordinário labor que se desenvolveu desde 1914 até 1923, coisa que se não conseguira antes em dezenas de anos—cita a seguir a nova fase de neo-politiquismo defendido por aqueles que outrora andaram no nosso meio e fizeram rasgadas afirmações contrárias ao que agora seguem. Quanto à atmosfera de intrigas, de retaliações pessoais, de falsidades, de torpes ataques deslealmente urdidos para se inutilizar militantes de valor, diz que se deve deixar correr a lama à nossa porta—e caminhar sempre oitante no desenvolvimento da organização e na defesa dos princípios verdadeiramente revolucionários.

Se é certo que as massas ignorantes ficam indecises perante as calúnias que se levantam contra certos militantes—e nem para outra coisa é que os detractores se aproveitam da ignorância—não é menos verdade que essas massas acabam por considerar esses mesmos militantes ultrajados—por ver que eles, através das ondas de lama, continuam a trabalhar, a sacrificar-se, pela organização operária, pelas doutrinas de liberdade, de emancipação humana.

Manuel Joaquim de Sousa termina por afirmar que esta hora de crise há-de passar e por incitar a que prossigamos todos na obra que encetámos—sendo aplaudido.

Por último, entre outros, falam Marcelino Pedro e António Teixeira, que encerram a Conferência—saltando-se vivas à organização operária, à C. S. T., C. G. T., etc., e abaixo as deportações—saída todos os conferencistas e assistência excelentemente impressionados e crentes de que a Conferência marcou uma nova fase de progresso para a organização operária local.

Que os factos futuros não desmintam esta óptima impressão, é o que todos nós devemos desejar, trabalhando com dedicação e acerto.—C.

Os "inocências" internacionais

Os círculos oficiais muito reservados...

BELGRADO, 12.—Os círculos oficiais mostram-se muito reservados sobre o escândalo das notas falsas, cuja fabricação foi descoberta na Alemanha, aguardando todos os elementos do respectivo inquérito.

... enquanto a polícia vai efectuando prisões em Budapest

BUDAPEST, 12.—Continuam a realizar-se prisões sensacionais de implicados na falsificação de notas do Banco. A polícia procedeu a uma rigorosa busca no palácio do príncipe Alberto, pretendente ao trono da Hungria. Nas esteras oficiais temem-se complicações internacionais.

Em França não houve intuídos políticos

PARIS, 12.—O ministro húngaro junto do governo francês, ontem chegou a esta cidade, declarou aos jornalistas não existir qualquer intuito político por detrás do escândalo das notas falsas do Banco de França. Le Matin diz, porém, que Briand, na sua conferência com o barão Korange, insistiu por que todos os bastidores sejam esclarecidos para a manutenção das boas relações entre os dois países.

Ler a revista gráfica RENOVACAO

Novo desastre de aviação

No campo de Alverca caiu o «Avro» 28, morrendo os seus dois tripulantes

No campo de aviação de Alverca, ontem de manhã, o «Avro 28», aparelho de escola, tripulado pelos aviadores capitão Júlio Avelino Botelho de Castro e Silva e tenente Artur Pedro Ferreira de Brito, fez várias evoluções nas cercanias. Quando, porém, tentava fazer um novo voo, o aparelho perdeu a velocidade e caiu da altura de uns 50 metros, despedaçando-se. Os seus tripulantes ficaram gravemente feridos na cabeça e com várias lesões internas.

Em quanto os feridos eram socorridos no posto daquele campo foram pedidos socorros para a Cruz Vermelha, onde saíram os auto-macacos n.ºs 3 e 8 respectivamente guiados pelos «chautfeuns» Ferreira e Mendonça, que conduziram os feridos ao Hospital de São José, em cujo Banco se encontravam de serviço os drs. Amandio Pinto, Fernando de Lacerda e Henrique Bastos, filho. O tenente Ferreira Brito chegou ali já morto, sendo depois de verificado o óbito, transportado no mesmo auto da Cruz Vermelha para a sede do Centro Aeronáutico Militar e recolhendo o capitão Castro e Silva, à sala de observações, onde faleceu pelas 4 horas da tarde, sendo pouco tempo depois o seu corpo também transportado num auto da Cruz Vermelha para o mesmo Centro onde se encontrava o seu infeliz camarada.

O caso Angola e Metrópole

A prisão do dr. Nuno Simões

Chegou ontem a Lisboa sob prisão, o dr. sr. Nuno Simões, que se encontra incomunicável no quartel de Campolide.

A captura efectuou-se em Chaves e o preso veio acompanhado pelo governador civil de Vila Real e pelo sr. João de Faria.

As diligências policiais em Haia

HAIA, 11.—(retardado na transmissão).—As duas pessoas presas na Haia, como implicadas no caso das notas falsas do Banco de Portugal são o comerciante holandês Marang von Ysselvert e o jornalista turco Liebe, que foram interrogados esta manhã, na presença do encarregado de negócios de Portugal e do dr. Crispiniano da Fonseca.

O jornalista turco foi posto em liberdade

HAIA, 11.—(retardado).—A polícia soltou o jornalista Liebe depois de lhe declarar que Marang tinha unicamente entregado em depósito alguns documentos. Marang pretende que foram os portugueses que lhe deram pessoalmente a missão de encargar a casa Waterlow de fazer a emissão das notas. A polícia examina minuciosamente se Marang estava ao corrente da falsificação, tendo recusado conceder-lhe a liberdade.

Os funerais da rainha Margarida

ROMA, 11.—O ferrete da rainha Margarida, entre uma enorme multidão seguida dos príncipes de Savoia e Génova e dos ministros Rocco e de Discales foi transportada para a estação de Bordighera num armário de artilharia, coberto com a bandeira nacional. A urna foi depositada num vagão armado em câmara ardente que, atrelado a um comboio especial, conduzindo os príncipes, os ministros e outras altas individualidades, partiu para Roma, sendo reverentemente saudada em todas as estações do percurso, e especialmente em Génova, Pisa e Livorno. O comboio chegou a Roma às nove da manhã, sendo aguardado na estação pelo rei Vítor Manuel, príncipe herdeiro e presidente Mussolini, achando-se fora da mesma os representantes dos soberanos estrangeiros, corpo diplomático, presidentes da Câmara e do Senado e outras autoridades. No Pantheon era o ferrete aguardada pela rainha Helena, pelas princesas, reis e pelas embaixatrizes, seguindo-se a celebração de solenes exéquias, depois do que foi colocado em mausoleu provisório junto do túmulo do rei Humberto.

A ponte de Porto Brandão em completo estado de ruína

Já o dissemos: no Porto Brandão, a ponte de desabarcar achase em tal estado de ruína que torna imminente um grave desastre. Outros jornais, verificando como nós os perigos daquela ratoeira, vieram também o grito de alarme, disseram também que era urgente providenciar imediatamente. O que vimos nós em face da atitude da imprensa?

O desprezo absoluto das autoridades competentes, que parece só se disporem a providenciar quando não forem já necessárias as providências. E todavia, além de terem apodrecido os barroteiros que sustentam o lado do rio a ponte, a muralha aluiu já, oferecendo outro perigo às pessoas que consigam sair a salvo da ponte e que terão que dar um salto da muralha para terra.

Quando se dignará o ministro competente a providenciar como convém? Acaso esperará por um grave desastre para fazer o que já hoje se impõe?

Escola Comercial Feminina

As alunas matriculadas na Escola Comercial de «Veiga Beirão» continuaram a «aprender» que levantaram por serem transferidas daquela Escola para a Comercial Feminina, pois a maioria delas mora para o Bairro da Graça.

Procurou novamente o ministro do Comércio a Direcção da Associação Escolar dos Alunos da Escola Comercial de «Veiga Beirão» e a Comissão dos pais das alunas, tendo-se avistado com o chefe de Gabinete a quem entregaram uma representação pedindo que fosse facultativa a transferência para aquela Escola. Alegam as alunas e seus pais a distância das suas moradias da Escola e também os horários.

O curso diurno começa as aulas às 18 horas e, como tem 4 horas de lição, termina às 22.

A manter-se este decreto, informam-nos que a maioria das alunas terá que desistir, pois que não podem ser acompanhadas por seus pais, quasi todos operários, que chegam à noite a casa cansados da labuta diária.

Outra razão de peso é a das alunas, quasi todas terminando o curso, já terem 3 meses de ensino na escola donde transitaram, e por consequência já estarem acostumadas ao método de ensino que os professores conhecedores e práticos da vida comercial lhes têm dispensado, prática que as jovens professoras não têm.

TEATRO GIMNASIO
Telef. C. 2814

Hoje, às 21,30
EM RECITAÇÃO DA MODA

A primeira representação da peça espanhola

TIA ANDRESA

Reaparição do actor-cómico
Silvestre Alegrem

Primorosa encenação de
BIL FERREIRA

Peça alegre de estufante espírito

Domingo: 6.º concerto Fão

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

Rêclames

Não finda o entusiasmo do público pela sensacionalíssima revista do Maria Vitória, o incomparável «Foot-Ball», cujo êxito atinge tais proporções que é, sem dúvida, o maior dos últimos tempos.

Muitos números da admirável revista são todas as noites repetidos a pedidos instantes do público, a quem divertem, fazendo-o rir a valer com a sua graciosidade e fina crítica, ou fantasia, isenta de inconveniências, o que faz com que ao Maria Vitória afluam pessoas de todas as camadas sociais.

—António Paso e Ricardo Gonzalez del Toro, comediantes bem consagrados e aplaudidos em Hespanha, são também muito conhecidos já e apreciados entre nós, pois vários dos seus sainetes e comédias têm sido representados entre nós, no original ou em traduções que sempre fizeram cariz. São esses dois comediantes os autores do libreto de «A moça de Campanilhas» que se estreia na sexta-feira no São Luiz, recomendando-se deste modo, não só pela música de Luna, como também pela graça de que a rechearam os dois felizes autores. Como a montagem que está sendo feita a capricho é complicada e a música requere cuidados, os espetáculos do São Luiz tiveram de ser interrompidos para se fazerem ensaios de dia e de noite até sexta-feira. E' assim que a actual empresa daquele teatro monta as suas peças, fazendo verdadeira arte.

—Cresce de dia para dia o assombro causado pelo trabalho de Ivanoff, o mais extraordinário domador que tem vindo a Portugal, e cujo sucesso suplanta os maiores êxitos de que há memória. Dominando completamente, depois de embravecê-los ao máximo, os seus ferozes e possantes leões, Ivanoff realiza uma maravilha que, pela forma como é feita, toca as raízes do milagre.

A este número de excepcional destaque, há a junção outros trabalhos de sensação, como o dos célebres barristas aéreos os Artonis, o dos Artons, prodigiosos acrobatas de balanço, o dos Luganos, número de grande perigo e emoção, e muitos outros, que tornam a apresentação da Nova Companhia de Circo o mais empolgante dos espectáculos.

A'manhã há «matinée».

DENTES ARTIFICIAIS a 25\$00. Extrações sem dor a 15\$00. Concertam-se dentaduras em 4 horas a 20\$00. Dentaduras completas sem placa em «canchi». Consultas das 11 da manhã às 8 da tarde.

MARIO MACHADO

R. Garrett, 74, 1.º (Chiado)

Ocorrências diversas

Na enfermaria de Santo António do Hospital de São José, deu entrada José Barreiros, de 64 anos, servente de pedreiro, natural de Penamacor, residente na Estrada de Carnaxide à Buraca e que, na estação de Bemfica, foi colhido por uma pilha de madeira ficando com o pé direito fracturado.

—No Banco do Hospital de São José, recebeu curativo e recolheu a casa, Salomão Duarte, de 16 anos, serralheiro residente na rua Marquês Sá da Bandeira, e que numa garagem no Campo Pequeno, quando punha a funcionar o motor de um automóvel, foi colhido pela respectiva manivela ficando com um braço fracturado.

—Na enfermaria de São Sebastião do Hospital de São José, deu entrada Americo Alves Moreira, de 12 anos, filho de Maria Joaquina Moreira, pastor, natural e residente em Viana do Castelo, e que ali foi mordido numa perna por um cão hidrofobo.

—Da Casa Mortuária do Hospital de São José, é hoje removido para a Morgue, a fim de lhe ser feita a autopsia judicial, o cadáver de José Carneiro, de 39 anos, residente na rua do Diário de Notícias, 14, loja, aquele sapateiro que, como noticiámos, foi há dias ferido a tiro na calçada de Cariche.

TEATRO SÃO LUIZ Telef. C. 224

Sexta-feira, 15
Estreia da opereta em 3 actos, de grande espectáculo e movimento scenico

A MOÇA DE CAMPANILHAS

A melhor partitura do grande compositor PABLO LUNA

Escrita expressamente em Madrid para Esperança Iris

Nos principais papeis:

Gremilda de Oliveira, Almeida Cruz

e Maria Feres Marinho

A Moça de Campanilhas estreia-se pela primeira vez em Portugal

BILHETES A VENDA

Coliseu dos Recreios

A'S 21 HORAS
ASSOMBROSO ÊXITO

do mais extraordinário domador que tem havido no mundo

IVANOFF

no seu inacreditável trabalho com possantes e ferozes

Leões selvagens

Outros números de grande sensação

Formidável conjunto da

Grande Companhia de Circo

A'manhã:—Matinée elegante

Desfazendo uma atoarda

Uma nota officiosa da comissão central do Partido Comunista

Da comissão central do Partido Comunista recebemos, com o pedido de publicação, a nota officiosa que a seguir publicamos:

Sr. redactor:—A insinuação com que têm querido atingir o P. C. P. levou a sua C. a desmentir categoricamente o boato a que têm dado curso alguns mal intencionados. Afirma-se, ou melhor, tem-se pretendido afirmar que os comunistas foram os criadores clandestinos do plano de falsificações destas. É certo que os comunistas pretendem a ruína do capitalismo não pela falsificação ou emissão de notas, mas pela coesão e unidade que pretendem dar às forças trabalhadoras, as quais, levando ao triunfo a luta de classes, darão fim à sociedade burguesa e farão criar a sociedade dos trabalhadores.

O juiz Alves Ferreira, quando diz que os comunistas desejam a ruína dos estados capitalistas, esquece-se que o que os comunistas pretendem é a ruína dum sistema económico de exploração do trabalho dos outros, conhecido sob a designação de «capitalismo». Não temos, nem nunca tivemos, lâmpada acesa no Banco de Portugal, nem nos ministérios, nem na alta finança. Não são, nem poderiam ser nossos camaradas Alves dos Reis, Bandeira, Marang, Horty, o famoso falsificador fascista da Hungria e outros. O que se vê atrás de tudo isto é um plano de princípios e de métodos de alta finança no sentido de criarem a ditadura fascista pela miséria e a fome nos lares dos operários e camponeses.—Agradece a publicação desta nota a Comissão Central do Partido Comunista Português».

MALAS POSTAIS

Pelo paquete «Orepes» são hoje expedidas malas postais para o Rio de Janeiro, Santos, Montevideo, Buenos Aires e portos do Pacífico, sendo da caixa geral a última tiragem de correspondência às 10 horas. Foi adiada para hoje a expedição de malas do correio para o Pará, Manaus, Maranhão, Ceará e Iquitos, pelo paquete «Huber».

As últimas tiragens são: para as registadas às 10 horas e das ordinárias às 12 horas.

UMA DESCOBERTA SENSACIONAL

MADRID, 12.—Em Colombo, nas astúrias, foi descoberto o primeiro cadáver completo do homem pré-histórico da época das cavernas. Os círculos arqueológicos estão altamente interessados pela descoberta vindo permitir um estudo completo do género humano de tal época.

Cruz Vermelha Portuguesa

Durante o mês de Dezembro último, os serviços prestados pela Cruz Vermelha Portuguesa foram os seguintes: Em Lisboa, nos postos de socorros, foram feitos 1582 curativos, 1372 vacinações anti-varicelosas e foram ministrados 132 banhos. Nas delegações, fizeram-se nos respectivos postos 1957 curativos. Em Lisboa transportaram-se em auto-macacos 452 pessoas. Nas delegações conduziram-se 115 doentes, tendo-se fornecido albergue a 27 pessoas na delegação de Valongo.

Bolsa de Trabalho e Solidariedade da Construção Civil

O delegado deste organismo procurou ontem o sr. Esmeraldo, empreiteiro nos trabalhos de electricidade das obras da Maternidade, com quem conferenciou acerca da não admissão de mais operários nessa obra, circunstância que se deve ao facto de não terem começado as instalações electricas. Este senhor declarou que se esse trabalho não tinha ainda começado era devido à falta de material, mas que falaria com o engenheiro da obra sobre o assunto.

A comissão procurou o sr. Leonel Gaia, engenheiro das obras da Medicina Legal e Encenamentos Postais, informando este se achava quanto à primeira obra a paralisar: era motivada pela falta de verba; esperava, no entanto, que o governo tivesse no princípio do corrente mês dotado a obra de 800 contos. Como só lhes deu o respectivo duodécimo do mês presente, só tinha dinheiro para pagar o material em dívida. Com referência à segunda obra disse que se não tem admitido operários é devido ao facto das plantas da obra terem que ser transformadas. Espera que muito em breve sejam admitidos mais operários.

A comissão falou também com o dr. Azevedo Neves, director do Instituto de Medicina Legal, dizendo este senhor que iria falar com o ministro do Comércio sobre a verba para a continuação das obras.

TIVOLI Telef. N. 5474

A'S 8 3/4

NICOLAS KOLINE

o interprete do «Trappelo de Paris» em

Alma de Artista

Drama em oito partes de GERMAIN DUFRÉ

NICOLAS RIMSKY

o interprete do «Bregel do Morin» em

O SAUDOSO EXTINTO

Comédia em cinco partes da Condessa de Baillache

Uma panormica

Uma revista de elegâncias

Uma cine-farça

O film «Uma de Histoires» exibe-se ás 9 horas

1.ª e 2.ª matinas ás 5 horas

TEATRO MARIA VITÓRIA

DUAS SESSÕES TELEF. N. 3644

AS 8 1/2 E 10 1/2

EXITO CADA VEZ MAIOR

A peça vitoriosa

A revista triunfante

O sucesso do dia

A GREVE DOS FERROVIÁRIOS DE LOURENÇO MARQUES

O que diz a imprensa conservadora da provincia — Os caprichos do Alto Comissário não serão cobertos com 100.000 libras — As deportações dos 10 ferroviários que chegam no sábado a Lisboa, combatidas por toda a população

O Alto Comissário de Moçambique, merecedor de uma política verga e dos seus sucessivos erros de administração pública, conseguiu em menos de dois anos desagradar completamente a parte sã da população, aquela parte que trabalha e que enriquece a vasta provincia.

Especialmente depois de proclamada a greve dos ferroviários a política daquele funcionário tem sido simplesmente desastrosa, tem sido unicamente ruína para a provincia. Desses desastres, dessa ruína fazem melhor do que nós os jornais que se publicam em Lourenço Marques, numa linguagem clara que só não é compreendida pelo Alto Comissário e por toda a sua comitiva. Vamos respirar de dois desses jornais o pensamento da população de Moçambique acerca da obra do seu Alto Comissário. O primeiro respigado é feito do jornal *O Direito*, dum «Carta Aberta ao Alto Comissário» e constitue de per si um libelo contra as deportações dos 10 ferroviários que devem chegar a Lisboa no próximo sábado.

«De nada serviu a carta que publicámos, dirigida a V. Ex.ª. De nada serviu, porque a situação se agravou!»

E como podia deixar de ser, quando, em vez de um gesto generoso por parte das autoridades, se deportaram dez homens, ficando as famílias, para aí, à mercê da caridade pública?

Mas essa gente foi deportada porque? Não sabemos, nem quaisquer razões ou motivos que se apresentem para justificar uma medida dessa natureza, podem ser aceites por alguém que preze os seus direitos de cidadão de um país livre.

Foi uma medida aconselhada sem dúvida pelos que cercam V. Ex.ª, pelos mesmos que lhe foram dizer que o movimento de protesto do comércio e das demais classes que o acompanharam, era um movimento de apoio ao governo local!

Deportações são um acto de força não justificado por nenhuma lei da República nem, neste caso, pela surda lei da necessidade. Pode servir para infundir o terror, mas cria mártires, e mártires é o maior dos erros criar.

Apreciamos serenamente o que se passou com a questão ferroviária, vejamos se as autoridades podem aparecer ante o tribunal da consciência, puras como arminho, isentas de culpas desta situação tão desgraçada. Vejamos se as culpas estão só do lado dos homens que abandonaram o serviço e que as autoridades teimam em não considerar grevistas.

Havia necessidade de estabelecer a ordem dentro dos caminhos de ferro? Sem dúvida!

Mas para o fazer, Ex.ª Sr., não era necessário ir ferir direitos criados, nem suprimir regalias existentes. Para se fazer economias, que necessariamente eram precisas, não se devia ir procurá-las às regalias dos pequenos, quando se gratificava largamente os grandes.

Havia gente a mais, trabalhadores de que o caminho de ferro não necessitava? Havia tanta maneira de gradualmente ir colocando aqui e ali, não os substituindo quando deixassem o serviço, promovendo gradualmente a repatriação, enfim, mil e umas formas para conseguirem o desiderado da economia.

O que se fez? Uma reorganização que, devidamente pesada e cuidadosamente estudada, deixa claramente ver que houve intuíto com os quais V. Ex.ª nada tem, porque, naturalmente, desconhecendo as minuciosidades dos serviços e ainda a política interna e mesquinha de individualidades pequeninas não podia atingir os fins que visavam.

Mas mesmo que assim não fosse, mesmo que toda essa reorganização fosse isenta de mácula, cortando direitos adquiridos e anulando garantias existentes, como o fazia, seria ocasião oportuna para a pôr em execução?

Assim parece-nos, que da parte da Direcção do Porto e Caminhos de Ferro não houve a necessária ponderação, a precisa previsão dos acontecimentos, nem o senso prático que todos os homens que são chamados a dirigir os negócios públicos devem ter.

Como consequência disso declarou-se a greve. Mas os grevistas, permitam-nos V. Ex.ª que os chamemos assim, com uma moderação e uma lealdade dignas de nota, em lugar de tomarem todas as providências que um facto de tal natureza lhes aconselhava, deixaram todo o material em imediatas condições de trabalho, pronto a poder ser aproveitado por aqueles que as autoridades ferroviárias conseguissem chamar a si.

Falta de previsão? Não, uma manifestação de lealdade, já o dissemos, quando, sem inutilizar coisa nenhuma, teriam colocado a Direcção na dura contingência de suspender todo o serviço ferroviário.

Os grevistas fugidos à dura lei militar, áes que militares não eram, espalhados pelo sertão ou escondidos como criminosos fugidos à acção da justiça, afastados dos entes que lhes eram caros, viram-se na dura contingência ou de se entregarem vencidos, ou de desafiar uma lei cuja legalidade é, sobre muitos pontos, discutível.

E o conflito arrastou-se pela compreensível intemperança dos homens que se declararam em greve. São conhecidos os acontecimentos que se sucederam.

Dá-se o descarrilamento do kilometro 7, e as autoridades apressam-se a lançar a responsabilidade sobre a classe ferroviária.

Não queremos discutir com as autoridades ferroviárias sobre as conclusões a que chegaram. Foi um acto propositado, foi um desastre accidental?

Fosse como fosse, o que não acreditamos é que tivesse sido um atentado mandado praticar pelos dirigentes do movimento. Mas as autoridades tomam medidas de precaução, mandando seguir à frente das máquinas, ferroviários em vagões, procurando assim evitar qualquer acto de sabotagem.

Deixemos de parte o facto de se conservar essa gente em vagões descobertos, sob um sol abrasador. As autoridades apresentam razões que, em parte desculpem esse acto, e nós não condenamos pelo prazer de condenar.

Mas as prisões começaram e depois de um conflito e da troca de tiros entre a policia e um grupo de grevistas, fez-se uma verdadeira caça aos ferroviários, estando presos, ao que nos dizem, mais de duzentos homens.

Mas, ao menos, V. Ex.ª reconhecendo a razão que nos assiste em protestar, pese na sua própria consciência o que se passou e apresse-se a solucionar um problema que se arrasta, mais pela intransigência dos homens que o cercam, do que, piamente cremos, pelo próprio desejo de V. Ex.ª.

Os ferroviários não podem aproximar-se de V. Ex.ª ameaçados como estão de serem presos. Não podem reunir, não podem discutir a situação, não podem transmitir uns aos outros, a não ser através de graves perigos, a sua forma de pensar.

O governo demonstrou ter a força, ninguém lhe nega, todos o reconhecem. Não há portanto quebra de prestigio em chamar ao campo da discussão esses homens, dando-lhes, ao menos parte das regalias que lhes arrancaram.

Nem fica mal a V. Ex.ª fazê-lo, nem se deprime o principio da autoridade tão ciosamente defendido, em estender a mão a aqueles que num movimento de protesto, humano, muito humano, recusaram aceitar uma reorganização que lhes cerceava direitos.

A obra do Alto Comissário vivamente combatida por um jornal conservador

Não se vá supor que são apenas os jornais da grei que defendem os ferroviários, que são eles os únicos que neste momento erguem os seus protestos contra o Alto Comissário. O *Jornal do Comércio*, órgão dos interesses comerciais e industriais da provincia de Moçambique, e por esse motivo insuspeitíssimo, não é menos eloquente no seu ataque à obra anti-democrática do sr. Azevedo Coutinho. No seu numero de 18 de Dezembro publica em editorial, sob a epigrafe «Em pugna com o democratismo», um interessante artigo, que com a devida vénia passamos a transcrever:

«Temos assistido na capital desta provincia a actos que denotam um tão grande requinte de estupidez que não nos é possível calar por mais tempo a nossa indignação e a nossa revolta.

Prendem-se a esmo cidadãos pacíficos e conservam-se sob prisão, sem culpa formada, mais do que o tempo que a Lei permite.

Funcionários públicos de várias repartições são transferidos arbitrariamente desta cidade para vários distritos, porque meia dúzia de indivíduos sem escrúpulos, os indicados como adversários da situação.

Proibem-se comícios, exerce-se em larga escala a censura telegráfica, procurando-se até impedir a publicação de jornais adversos, prendendo os seus editores como sucede há pouco a *O Emancipador*.

Assistia-se nesta atmosfera de terror, parecendo haver o firme propósito de ferir todos aqueles que não concordando com o actual estado de cousas, contra ele se pronunciam. Dir-se-ia estamos sob a vigência duma refinada autocracia. E quem comete o crime de cometer tais actos se praticam?

Sem dúvida a autoridade superior da Provincia, que ainda há pouco foi brindada com o pomposo título de «marchal categorizado do partido democrático».

Mas pode ser democrático um homem que comete ou tolera tais actos?

Mas pode ser democrático um homem que consente que 4 ferroviários europeus vão num vagão aberto, escoltados por 4 soldados indígenas, expostos durante muitas horas a um sol ardentíssimo, talvez a uma temperatura superior a 60 graus?

Pode ser democrático a Autoridade que consente que os ferroviários que estiveram presos a bordo do rebocador *Polana* fôsses fornecida comida em baldes, cuja alimentação, segundo dizem, custa apenas 110 por cabeça?

Pode ser democrático um homem que consente que sem qualquer motivo que justifique tal medida, a cavalaria venha para as ruas da cidade distribuir espadeiradas a esmo em cidadãos pacíficos e oficiais que comandam essas forças, desrespeitando a própria farda que envergam, chegando ao cúmulo de, em terras de negros, esbofetear europeus em plena cidade?

Pode-se chamar democrática a uma Autoridade que consente que soldados indígenas agredam à coronhada, sem motivo justificado, homens e até senhoras europeias, tanto nacionais como estrangeiras?

Onde está o prestigio da raça? Que noção dos seus deveres tem os homens que nos governam?

Não é impossível, absolutamente impossível. Sua Ex.ª o Alto Comissário desta Provincia será tudo quanto queira ser, menos democrático.

A Provincia continua caminhando a passos gigantes para o abismo. Não se sabe positivamente o que será o dia de amanhã.

As transferências sobre Londres e Lisboa estão nominalmente a 48 e 50 % e, positivamente a zero, visto que se não conseguem por dinheiro algum ou se conseguem e por preço verdadeiramente exorbitante.

Avolumam-se dificuldades para todos os habitantes desta Colónia; atrofiam-se todas as suas forças vitais, e tudo isto porque em dois anos de Governo o sr. Azevedo Coutinho pouco mais tem feito do que:

Receber mensalmente os seus chorudos ordenados.

Sentar à mesa do orçamento dezenas de novos funcionários como se os não tivéssemos já em excesso.

Dar passeios dos quais ainda assim os mais económicos são os da Namácha.

E' tempo de mudar de rumo. E' tempo de que o sr. Azevedo Coutinho se convença de que está divorciado por completo da população desta provincia.

Que Sua Ex.ª se compenetre de que é esta a linguagem da verdade e que assim lhe não falamos os videirinhos e os camaleões empenhados nesta situação, por todos os motivos deprimente.

A questão Sindicato C. P. — Federação Ferroviária

BARREIRO, 10. — Em assembleia geral dos ferroviários do Sul e Sueste, realizada ontem, foi debatida a questão Federação Ferroviária — Sindicato da C. P.

Os delegados expuseram ao Conselho Federal a forma incorrecta como os corpos gerentes do Sindicato da C. P., bem como o seu delegado ao Conselho Federal, têm procedido para com a Federação, deturpando os factos conforme convém aos seus interesses, contra as deliberações dos sindicatos e a favor dos administradores da Companhia, que por todas as formas desejam enfraquecer a organização. Prova disso a forma incorrecta do seu procedimento, que não tendo coragem de afrontar em assembleia da sua classe os membros da Comissão Executiva da Federação e os delegados ao Conselho Federal, se esquivam por todas as formas, de concretizar as acusações que fazem por escrito, e tanto assim é que nas últimas assembleias através da sua rede nenhuma das acusações maniveram, recebendo indicação dessas assembleias de reatarem imediatamente relações com a Federação, o que até hoje não fizeram.

Pelo relatório dos delegados do Sul e Sueste verificou-se, tendo em atenção o da Beira Alta e Minho e Douro, que o delegado da C. P. foi menos verdadeiro no seu relatório, não narrando qualquer facto respeitante à sua missão; narração que devia ser imparcial e por consequência verdadeira, mas mentindo dum forma revoltante, o que denota o conluio premeditado com os corpos gerentes da C. P. para fomentarem a desorganização dos ferroviários portugueses.

Depois de diversos oradores se referirem ao facto da atitude condenável do procedimento dos corpos gerentes do Sindicato da C. P. e delegado ao Conselho Federal, foi, por unanimidade, aprovada a seguinte proposta de Bernardino Xavier:

«Proponho para que os delegados do Sul e Sueste ao Conselho Federal defendam ali as resoluções da classe, dando toda a solidariedade à Comissão Executiva da Federação, repudiando todas as insinuações dos corpos gerentes do Sindicato da C. P., que pretendem atingir os camaradas da Comissão Executiva da Federação e a própria Federação, que a todo o transe devem defender como organismo central, tanto mais que está reconhecida a forma ardisosa e mentirosa como esses ataques têm sido feitos e que denotam o firme propósito de desorganizar.»

Federação Metalúrgica

Nota officiosa

Tendo esta Federação enviado um delegado ao Norte a fim de conhecer de perto a acção desenvolvida pelo seu «comité» federal naquela região, o referido delegado, segundo poderes de que ia investido e de acordo com os sindicatos metalúrgicos do Porto e de Vila Nova de Gaia, destituiu o antigo, nomeando e dando posse a um novo «comité».

Como, porém, os elementos que compunham o comité deposedo persistem abusivamente no desempenho das funções que lhe foram retiradas, a Federação Metalúrgica resolveu apontar-lhes como perniciosos à hegemonia da organização metalúrgica e prevenir toda a organização operária, nomeadamente os sindicatos do Norte e a U. S. O. do Porto, de que não são de nem tratar com o comité intruso como lhes incumbem obstar à sua acção desagregadora.

Uma observação justa

Camarada redactor:—Há dias presenciei no Campo Grande um caso de burla de que foram vítimas dois rurais. Como sabe os rurais quando são contratados costumam dar 10 escudos como garantia de que cumpram o que combinaram na «praça». Os dois rurais foram ludibriados por um indivíduo que simulou contratá-los para lhes apanhar o dinheiro. Não é a burla ainda o que mais me compunge e revolta, mas sim o costume estúpido de se dar sinal em dinheiro como condição essencial a alugar os braços por um salário irrisório. Dou por certo que se estes rurais se soubessem cuidando a valer dos seus interesses, condição vexatória desaparecerá para sempre e com ela toda a espécie de burla, como a que relato nas linhas acima.

Quando resolvem esses rurais enveredarem pelo bom caminho?

Disponha do camarada, etc. — *Hilário Parente*, operário municipal, sindicalista.

Na sua última assembleia, os ferroviários do Sul e Sueste tomam importantes resoluções

As persigações ao proletariado

BARREIRO, 10. — Ontem, reuniram-se os ferroviários do Sul e Sueste em assembleia geral, na sua sede, Casa dos Ferroviários.

A Pinto refere-se à forma como são perseguidos os trabalhadores de todo o mundo e especialmente os da Bulgária, que diariamente são assassinados por ordem da reacção capitalista, que é mister combater a outrance.

Referindo-se aos ferroviários de Lourenço Marques, agora deportados para a metrópole, considera de banditismo o que se passa naquelas linhas, tal qual como cá, e apela para a solidariedade a prestar a esses camaradas, vítimas da reacção.

Contra as persigações aos proletários bulgares foi aprovada uma moção que conclue por:

«Protestar indignadamente contra semelhantes barbaridades praticadas para sustentar duma casta parasitária em pleno século XX, e chamar a atenção de todo o povo trabalhador mundial a fim de preparar-se para a terminação completa destes barbarismos.»

Contra a forma como têm sido tratados os ferroviários grevistas de Lourenço Marques foi aprovada a seguinte moção:

«Saúdar calorosamente a classe ferroviária de Lourenço Marques e prestar toda a solidariedade possível aos camaradas que foram remetidos sob prisão para Lisboa, e que devem chegar brevemente.»

O descarrilamento de Aljustrel

Foi tratado o descarrilamento de Aljustrel-Figueirinha, chegando-se à conclusão de que a policia encarregada do assunto esbarrou de vez não prosseguindo, como era de esperar, as investigações, resolvendo porisso a assembleia publicar imediatamente o «dossier» dos ferroviários do Sul e Sueste por proposta que foi aprovada por unanimidade.

Interesses da classe

João Rodrigues Júnior, como delegado do pessoal junto da caixa de reformas e pensões, argumenta demonstrando com dados seguros o que de infamia representa o decreto 11.365, ultimamente publicado, o qual corta os vencimentos aos reformados, um decreto feito sobre o joelho e que mais parece obra dum menino de escola do que dum contabilista. Nesse decreto fica mais dum vez demonstrada a incompetência do administrador geral, seu autor, cuja dictadura nos caminhos de ferro se deve à incúria da classe que até agora se não tem imposto esccorrendo-o como incompetente e indigno, pois que, como militar profissional, abusou do lugar que occupa, julgando o caminho de ferro do sul uma caserna e os ferroviários os seus *magalos*. Compete, diz, aos ferroviários terminar com isto de vez, pois que o medicamento está na sua posse.

Acêrca do pagamento dos bilhetes de identidade, todos os oradores atacaram tal medida, sendo unânimes de que é necessário demonstrar que a classe ainda tem força para agir e que se neste interregno de tempo, propositadamente tem sofrido, tem sido unicamente para demonstrar aos incompetentes Pintos e Plínios que os ferroviários têm mais coherência e uma maior visão das situações do que esses fantoches ditadores.

Em seguida a assembleia elegeu delegados ao conselho federal os camaradas Alfredo António de Carvalho e Joaquim Baptista Gonçalves.

Acêrca dos reformados foi aprovada uma moção com a seguinte conclusão:

«Que as comissões administrativas e de melhoramentos do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste imediatamente façam as «demarches» que o caso requer, a fim de obterem a revogação do decreto 11.365, sendo posto em vigor, em sua substituição, o projecto elaborado pela comissão de alterações ao regulamento da caixa de reformas e pensões.»

SOLIDARIEDADE

A Secção Profissional dos Pedreiros comunica-nos ter recebido as seguintes importâncias: Do camarada Jorge Mateus a quantia de 52.000, proveniente duma *quete* tirada no novo Manicóvio de Lisboa a favor dos camaradas pedreiros presos. Do pessoal do Arsenal a quantia de 50.000 proveniente duma *quete* tirada a favor da mãe de Manuel Ramos, a qual lhe foi já entregue.

A comissão que sorteoou o objecto em favor de José Pedro Franco, preso social, notifica aos interessados que o prêmio coube ao numero 15, podendo o possuidor do cartão com aquele numero fazer a requisição do aludido objecto no Café Bom, a João Branco, todos os dias depois das 20 horas. Se no prazo de 30 dias não for levantado aquele objecto a comissão toma a liberdade de fazer a sua entrega à Comissão pró-presos sociais que destinará o produto da sua venda aos presos sociais.

Secção Telegráfica Federações

S. U. Metalúrgico de Vila Nova de Gaia. — Recebemos officio; segue expediente e officio.

S. U. Metalúrgico do Porto. — Recebemos officio e segue resposta.

JUVENITUDES SINDICALISTAS

N. J. S. do Barreiro. — Secretário adjunto. — Esperamos-te hoje, pelas 14 horas.

A visita da esquadra inglesa

Os navios da esquadra inglesa que no próximo sábado é esperada no Tejo, deverão atracar à muralha do Porto Marítimo de Desinfecção, para o que o rio foi naquele local convenientemente dragado. Pelo mesmo motivo a muralha e todo o caminho desde a rua 24 de Julho ao cais onde os navios vão atracar, será profusamente iluminado.

CRISE DE TRABALHO

Sindicato Unico da Construção Civil de Lisboa

Com regular concorrência, reuniram em sessão magna, na sede central, os operários da Construção Civil para apreciarem as «demarches» efectuadas até à data e resolver qual o caminho a seguir.

Abriu a sessão João Caldeira, secretariado por Abel de Lemos e Américo Prazeres.

Fala em primeiro lugar o secretário geral do sindicato, Alfredo Lopes, que lamenta que os desempregados não se preocupem da sua situação, pois que se todos comparecessem ao chamamento do sindicato não caberiam na sede, tal é o número dos sem trabalho. Depois de salientar qual deverá ser a acção do operariado da industria lê a seguinte moção, que foi aprovada pela assembleia:

«Considerando que o operariado da Construção Civil não pode continuar à mercê da situação de miséria que há muito vem atravessando, miséria originada na crise de trabalho que dia a dia vai aumentando assustadoramente;

que entre nós se não justifica a existência da crise de trabalho posto que é bem notória a falta de habitações populares em toda a cidade;

que além da falta de habitação que se verifica, existem paralisadas em Lisboa 247 obras em construção iniciada, nas quais podem ser colocados quasi todos os operários que se encontram sem trabalho;

ainda que o Estado patrão, tem também paralisadas várias obras, algumas delas importantes, e nas quais poderiam ser também colocados muitos operários de todas as classes da nossa industria;

que, o problema da crise de trabalho só se resolverá quando os operários da industria, especialmente os sem trabalho, tomarem uma atitude mais enérgica e decisiva de maneira a forçar o governo e a câmara a atender as reclamações do sindicato no sentido de se debelar rapidamente o mal que há muito nos vem afectando.»

O operariado da Construção Civil, reunido em sessão magna para apreciar a precária situação em que se encontra e deliberar qual o caminho a seguir, resolve:

1.º Que ao Sindicato fique a incumbência de promover o mais urgente possível um comicio ou sessão pública em local que oportunamente annunciara, onde deverá ser presente as reclamações que novamente deverão ser entregues ao Governo e à Câmara para o atenuamento rápido da crise de trabalho.

2.º Que o comicio ou sessão se realize em dia de semana devendo o operariado abandonar o trabalho o meio dia da tarde a fim de assistir em massa à reunião a efectuar.

Alexandre Assis relata as várias «demarches» efectuadas junto dos vários ministérios e autoridades competentes, e diz que se mais não se tem conseguido é devido ao indiferentismo dos operários que se não preocupam com a necessidade de fazer pressão no sentido de debelar a crise.

João Caldeira, antes de encerrar a sessão explica como o Governo e a Câmara poderiam solucionar a crise. Relata o estado precitante em que se encontram as construções na parte baixa da cidade, estado que bastaria uma victoria do sub-delegado de saúde para empregar grande parte dos sem trabalho. Como a hygiene neste país é um mito e aqueles a quem compete atenuar a crise caso algum fazem da situação, espera que os operários sem trabalho deem força à comissão incumbida de resolver a situação e espera que as outras sessões que hão de efectuar-se revistam importancia, pois a miséria invade apavoradamente todos os lares.

Para tratar da crise de trabalho reúne hoje, em sessão magna, pelas 20 horas, nas Secções Sindicais de Belém e Palma, o operariado da Construção Civil daquelas áreas. Fazem uso da palavra, respectivamente, Inácio Marques e Carlos Ribeiro, João Caldeira e Guilherme Artibeiro.

INTERESSES DE CLASSE

O indiferentismo do operariado municipal

O operariado municipal tem tido nas fases da sua luta, momentos que afirmam uma vitalidade prometedora.

Porém, satisfeitas determinadas aspirações, vai descansar e põe-se a dormir, mais despreocupado que a breve trecho o mal lhe entra novamente em casa.

Esquece-se que a constituição burguesa e capitalista da sociedade nos condenou a uma luta de classes, da qual nunca nos podemos arredar um momento nem tampouco despreocupar-nos, pois que a luta está sempre o sangue e a vida que nos explora e se aproveita do nosso descuido para saciar a vontade a sua fome de ouro.

Há que nos precavermos portanto, e manter sempre vivida no nosso espirito a luta aberta, decidida, contra aqueles que despresam os nossos direitos à vida.

Tão bem como eu, sabe o operariado municipal que a sua situação já foi mais desafogada e que a respeito de situação moral, basta termos as ultimas tabelas, que são a nossa vergonha, a ponto de ter havido camaradas que não queriam acreditar que a câmara as puzesse em execução.

Mas por! Elas aí estão, e agora temos que recomçar a luta, para recuperarmos o perdido. O aumento de salário que a câmara transacta aprovou, não foi posto em execução, apesar de contar já um ano de aprovação legal.

Esta situação é insuportável e assim um grupo de militantes activos, honestos conscientes, todos unidos, pretendem pôr termo a semelhante período vexatório que a classe atravessa.

Lembro a todos os camaradas o dever de assistirem às várias sessões magnas a realizar em vários locais da cidade.

Na Associação dos Corticeiros, rua de Marvila, realiza-se quarta-feira, a primeira, às 20.30.

Na sede da secção da Construção Civil, ao Alto do Pina, rua de Barão de Sabrosa, 81, realiza-se no dia 19, terça-feira, outra sessão.

Cumpra ao operariado municipal assistir às referidas sessões. Há luta, pois, camaradas, nada de desaleitamentos!

Mariano PEREIRA
Operário Municipal

Vida Sindical

C. G. T.

Comité Confederal

Reúne hoje, pelas 21 horas, o comité confederal.

Conselho Confederal

Reúne amanhã, pelas 21 horas, o conselho confederal.

Câmara Sindical do Trabalho

Reúne hoje, pelas 20.30 horas, a comissão instaladora para assunto importante.

Reúne o conselho de delegados com a presença dos seguintes organismos: metalúrgicos, construção civil, mobiliários, alfaiates, fabricantes de calçado, empregados no comércio, manipuladores de pão e operários municipais.

O Sindicato metalúrgico enviou, como delegados a este organismo, Manuel Caetano e Augusto Ferreira.

Sebastião Coimbra apresentou a demissão do cargo que exercia junto da C. S. T. devido aos afazeres da vida particular.

A seguir foi apreciado o caso do Angola e Metrópole e tomada a decisão que já veio publicada neste jornal.

A comissão pró-regresso dos deportados convencia de que a sua missão estava terminada, por nada mais poder fazer, deu conta dos seus trabalhos e deu por terminado o seu mandato.

Américo Vilar propoz que os delegados da Câmara Sindical do Trabalho levantem-se no Conselho Confederal a questão das deportações no sentido de ser levado a efeito um movimento de carácter nacional.

Ortiz fala sobre um officio dimanado da Liga dos Amigos dos Hospitais pedindo auxilio monetário.

Alfredo Lopes declara que officiou aos sindicatos e estes responderam que era ao Estado que competia mantê-los.

Américo Vilar salienta a impossibilidade da C. S. T. em socorrer os hospitais devido aos encargos que tem.

Alberto Monteiro afirma que se está em vésperas dum novo 18 de Abril.

Aleixo de Oliveira recorda que os ferroviários deportados de Africa devem chegar a Lisboa no dia 16 do corrente, propondo que a C. S. T. faça um apelo ao operariado convidando-o a fazer uma manifestação a sua chegada.

COMUNICAÇÕES

Federação Metalúrgica. — A comissão administrativa, entre vários expedientes, apreciou um officio do S. U. Metalúrgico de Vila Nova de Gaia ao qual deu o devido despacho, e do Comité Metalúrgico do Norte que comunica que os membros que foram do cessante Comité, Joaquim Mendes Gomes, Anastácio Ramos e José dos Santos, apesar de destituídos dos seus cargos por resolução das assembleas dos Sindicatos Metalúrgicos do Porto e de Gaia, realizadas em 2 de Janeiro, continuam no exercício das funções que pertencem ao novo Comité. Como a attitudde dos referidos metalúrgicos é contrária aos desejos dos organismos que os destituíram e ainda contra a decisão do Conselho Federal que os substituiu, a comissão administrativa resolveu tornar publico o procedimento dos três referidos indivíduos, lembrando aos organismos do Norte que devem repudiar a obra desses intrusos. A comissão administrativa vai offiar a U. S. O. do Porto nesse sentido.

CONVOCAÇÕES

REUNEM-SE HOJE:

Federação do Calçado, Couros e Peles. — Comissão Administrativa, pelas 21 horas.

S. U. da Construção Civil. — Conselho Técnico. — Para tomarem conhecimento do relatório moral e financeiro, pelas 20 horas, o conselho de delegados.

Secção profissional dos pintores. — A comissão administrativa e comissão revisora de contas.